Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Açorianos e Açorianas

Evocar o 25 de Abril, no seu trigésimo aniversário, é, a um tempo, lembrar a realidade existente no nosso País até 24 de Abril de 1974, avaliar o caminho percorrido durante as últimas três décadas e perspectivar o futuro, sempre tendo em conta devermos ser dignos da Liberdade que nos foi devolvida com a Revolução dos Cravos.

Há trinta anos, era eu um jovem português que, então com vinte e cinco anos, cumpria serviço militar obrigatório na colónia da Guiné, à semelhança de várias dezenas de milhar de jovens portugueses. Já na Universidade ganhara uma profunda e dolorosa consciência de que Portugal abafava, mercê de um regime fascista e colonialista, que decidia manter uma guerra injusta através de um poder político autocrático, mas fazendo executores dessas decisões os jovens que deveriam, em Liberdade, estar a trabalhar no seu País para assim assegurar o seu desenvolvimento.

Mas não era apenas um jovem português que sentia, para além da injustiça da guerra colonial, o definhamento da sua Pátria, cada vez mais orgulhosamente só. Era também um jovem açoriano vindo das "ilhas adjacentes", também estas desprezadas pelo chamado Estado Novo.

Não era sustentável a subsistência de um Estado fascista que promovia a repressão e negava o exercício dos direitos mais fundamentais. Neste contexto político, o Movimento dos Capitães só podia vencer, como realmente venceu, e só podia ser apoiado por milhões de portugueses, como de facto foi.

A grande conquista de Abril foi, sem dúvida, a Constituição da República, aprovada em 1976, a Lei Fundamental que consagrou direitos, como o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade e segurança; que consagrou liberdades, como a liberdade de expressão e informação, a liberdade de

imprensa e meios de comunicação social, a liberdade de consciência, de religião e de culto, de criação cultural, de reunião e de manifestação, de associação. Mas a Constituição consagrou igualmente direitos, liberdades e garantias de participação política, o direito de sufrágio, de acesso a cargos públicos, da existência de associações e partidos políticos, de petição. Protegeu os trabalhadores, dando-lhes liberdade sindical, direito à constituição de comissões, segurança no emprego, o direito à greve e a proibição do "lock-out". Estabeleceu um conjunto de direitos e deveres económicos, sociais e culturais, direitos e deveres sociais, nos domínios da habitação, da saúde, do ensino, do ambiente e qualidade de vida, da família, da infância, da juventude, da terceira idade, dos cidadãos portadores de deficiência.

Hoje, que o nosso regime democrático parece consolidado, que o nosso sistema político funciona com regularidade, tendemos a esquecer não ter sido sempre assim. Hoje, que a participação política se exerce com normalidade, quase parece tão natural tal exercício que alguns pretenderiam esquecêssemos não ter passado muito tempo desde o tempo em que todos aqueles direitos, liberdades e garantias eram negados ou espezinhados. Hoje, com uma Constituição democrática em vigor, parece a alguns quase impossível ter havido tempos em que os direitos que todos exercemos com naturalidade pura e simplesmente não existissem.

Nos nossos dias, por vezes há quem conteste alguém suspeito da prática de um crime e por tal arguido ficar sujeito a prisão preventiva. Mas, há trinta anos, milhares de portugueses eram presos sem culpa formada, apenas por discordarem do regime que lhes era imposto. Parece tão natural hoje termos todo o direito à nossa integridade física. Mas não podemos esquecer os que foram torturados por discordarem e se oporem. Hoje dizemos praticamente tudo o que entendemos dever dizer, lemos jornais, ouvimos várias estações de rádio, vemos quase todas as televisões do Mundo, reunimo-nos e manifestamo-nos. E por isso não devemos esquecer o tempo em que mandava a censura, os meios de comunicação eram apenas os estatais, não eram permitidos sequer ajuntamentos e as manifestações eram todas reprimidas com cargas policiais. Hoje os trabalhadores podem lutar pelos seus direitos, organizar-se em sindicatos, recorrer à greve. Os cidadãos podem constituir partidos políticos e votar livremente. Mas não temos o direito de esquecer os tempos em que os trabalhadores eram explorados sem qualquer meio de exprimir a sua indignação e protesto, os tempos do partido único, as eleições em que até os mortos votavam.

Os direitos e liberdades que hoje temos nem sempre os tivemos. E por isso é nosso dever inalienável lutarmos incessantemente, dia a dia, para que não voltemos a perdê-los. A democracia não é um direito adquirido. Conquista-

se. Exerce-se. Aprofunda-se. Só a vigilância atenta sobre os nossos direitos permitirá a sua existência futura.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O jovem de 25 anos ido das ilhas adjacentes para a Guiné é hoje o adulto de cinquenta e cinco que vive na Região Autónoma dos Açores e que, como político com responsabilidades partidárias e institucionais, nunca desistiu nem desistirá de lutar para que esse bem essencial que é a democracia possa ser aprofundado. Aprofundado no plano político, somando à democracia representativa a democracia participativa. Aprofundado no plano económico, pela criação de regras justas para a repartição do rendimento, pela valorização do trabalho e da produção. Aprofundado no plano social, pela necessidade de que todos tenhamos real direito aos cuidados de saúde, à educação, à habitação, a uma vida digna sem a qual não há verdadeira justiça social. Aprofundado no plano cultural e desportivo, pela existência de plena liberdade de criação intelectual, formação, possibilidade generalizada do usufruto dos bens culturais de livre acesso à prática desportiva. Aprofundado no plano ambiental, garantindo que a economia global não triture a nossa qualidade de vida e não esgote, em nome do lucro, os nossos recursos e patrimónios naturais, não transforme a nossa vivência num acto mecânico que serve a sua lógica.

Todos temos consciência de que a Autonomia dos Açores é mais uma conquista de Abril. A existência de órgãos próprios, a possibilidade de legislar visando dar resposta aos nossos interesses específicos, as modificações operadas em todas as ilhas, eram apenas sonhos há trinta anos. Mas temos de ter igualmente consciência de que há ainda um longo caminho a percorrer. Um caminho que só pode passar pela vigilância atenta dos nossos direitos, o primeiro dos quais o nosso regime político-administrativo próprio. Dir-se-á não estar este ameaçado. Mas a verdade é que, se ele foi criado para obstar ao centralismo, nunca como hoje esse centralismo se tentou afirmar contra os nossos interesses próprios e específicos.

Quando o Governo da República em funções nega financiamento em 2002 à reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, quando proíbe a possibilidade de qualquer endividamento extraordinário, está a esquecer-se de que vivemos em ilhas sujeitas a sismos, que nos podem roubar a vida, as nossas casas e haveres, mas não nos rouba a nacionalidade, continuando portugueses mesmo na desgraça. Quando o Governo da República actualmente em funções não luta nas instâncias da União Europeia para uma autorização suplementar de produção leiteira, que nos permita

produzir de acordo com as nossas potencialidades instaladas, está a esquecer-se de que vivemos em ilhas com uma economia frágil em que a Agricultura é um dos pilares fundamentais que aguenta este edifício. Quando o Governo da República actualmente em funções não se empenha na defesa da nossa Zona Económica Exclusiva, na fiscalização de pescas ilegais que podem pôr em sério risco os nossos recursos piscatórios, está a atentar contra o nosso desenvolvimento futuro e a prejudicar milhares de açorianos. Quando o Governo da República actualmente em funções não se empenha com todos os meios para que tenha aplicação prática o Estatuto da Ultraperiferia previsto no Tratado da União, está a esquecer-se de que foi a própria Comunidade que previu esse mecanismo jurídico, mas que ninguém nos virá oferecer nada, como ficou demonstrado na recente visita do Senhor Director Geral da Agricultura da União Europeia. Quando o Governo da República actualmente em funções apenas se lembrou dos Açores para oferecer a Base das Lajes para a realização da Cimeira da Guerra, está a dar um sinal claro do quanto lhe interessa velar pela nossa segurança. Quando um Governo da República procede como este tem procedido, deixa de ser apenas o Governo da República para se transformar no Governo Central, esquecendo-se de que a Constituição obriga a que a Autonomia seja um instrumento de reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Mas os atentados à natureza da nossa Autonomia não vêm apenas de Lisboa. Também o Governo Regional em funções tem desprezado os interesses das ilhas mais pequenas, concentrando investimentos nas ilhas que potencialmente dão mais votos. A Autonomia tem de assentar na perspectiva de que é indispensável desenvolver harmonicamente todas as ilhas dos Açores, sem o que perderá a sua essência.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Aproximam-se as Eleições para esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Na pré-campanha em curso as posições estão absolutamente definidas pelas três forças políticas com assento parlamentar que a elas concorrem. A Coligação-Açores defende o Governo da República, logo as suas políticas em relação à Região, deixando claro que seria uma extensão daquele Governo nas nossas ilhas, um Governo Delegado do executivo de Durão/Portas. Tudo é prometido, mesmo o que não se pode prometer. Mas os açorianos sabem, como sabem todos os portugueses, o sufoco que tem sido para todos este Governo Central, que, em campanha, também tudo prometia. Por outro lado, nada no discurso do PS indicia uma mudança de

atitude, o desejo de novas políticas, o sentido da necessidade de maior diálogo.

Necessitamos, todos, de ter a consciência plena de que é nossa responsabilidade cumprir Abril nestas ilhas. Tal não se consegue com centralismos, venham eles do continente ou de uma qualquer ilha ou ilhas maiores. Não se consegue com autismos ou prepotências, os quais devem dar lugar à participação democrática e ao diálogo. Esta terra é de todos nós. Cumpre a todos nós ajudar ao seu desenvolvimento, pelo que todos somos precisos nessa tarefa maior. Por isso é tão cara ao PCP e à CDU a ausência de maiorias absolutas. A nossa experiência parlamentar, no período que decorreu entre 1996 e 2000 é o exemplo mais completo de que, num quadro parlamentar com maioria relativa, são os açorianos que ganham. Ganharam no domínio fiscal, com a redução das taxas do IRS. Ganharam no reino laboral, com o acréscimo ao salário mínimo nacional e com a remuneração complementar. Ganharam na reforma e na velhice, com o acréscimo das pensões. Ganharam sempre, com o compromisso e a vontade conjugada entre todas as forças políticas. Pelo contrário, pouco ganharam com as maiorias absolutas quer do PSD quer do PS. Trinta anos depois do 25 de Abril, a nossa realidade é diferente e muito melhor da que então existia. Mas, apesar disso, a necessidade de aprofundar a democracia é enorme, é aguda e é sentida por um número cada vez maior de cidadãos.

Aprofundar a democracia é a minha luta, a luta de uma vida, assim como do PCP e da CDU. Para que se cumpra Abril, sempre, dia a dia. Para que se cumpra Abril em todas e em cada uma das nossas ilhas.

Disse.